

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.597 - RS (2018/0259303-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL**  
**ADVOGADOS : IGOR HAMILTON MENDES - RS061815**  
**FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277**  
**CAROLINA TEIXEIRA CAPRA - RS069737**  
**AGRAVADO : SIRLEI SALETE ZAGONEL**  
**ADVOGADOS : NORBERTO BARUFFALDI - RS007983**  
**MATEUS MACHADO DE FREITAS - RS104768**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 171):

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. FUNDAÇÃO BANRISUL

De acordo com o art. 475-M, do CPC, de regra, a impugnação nem é de merecer efeito suspensivo.

Caso em que a agravante não trouxe qualquer documento capaz de evidenciar o alegado excesso de execução.

Outrossim, embora seja certo que, na inicial da demanda proposta, a agravada buscou a incidência, sobre seu benefício, do percentual de 5,5% e 7,2%, a contar do benefício vigente no mês de agosto de 1999 e 2000, respectivamente, é inegável que, ao final, o acórdão que apreciou a Apelação Cível nº 70015197379 concedeu-lhe todos os valores que foram conferidos aos ativos, conforme os acordos coletivos de 1999 e 2000.

Dessa forma, atento ao que foi determinado no acórdão que embasa a presente execução, não merece reparo a douta decisão hostilizada, já que observou aquilo que constou no dispositivo do mencionado acórdão, considerando o disposto no art. 474 do CPC.

**AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.**

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos para sanar a omissão apontada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fls. 272-273):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE

SENTENÇA. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE DA QUESTÃO DE FUNDO. VIOLAÇÃO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. VÍCIO MATERIAL CONSTATADO.

Da norma processual aplicável ao feito

1. No caso em exame a decisão recorrida foi publicada em período compreendido até 17/03/2016. Assim, segundo os enunciados do Superior Tribunal de Justiça sobre a aplicação do novel Código de Processo Civil, há a incidência da legislação anterior, de acordo com o posicionamento jurídico uniforme daquela Corte, que tem a competência para regular a forma de aplicação da lei federal.

2. A interpretação precitada coaduna com os princípios conformadores da atual legislação processual civil, que dizem respeito a não ocasionar prejuízo à parte ou gerar surpresa a esta com a modificação do procedimento em relação aos atos já efetivados, consoante estabelece o art. 9º, caput, e art. 10, ambos do novel Código Processo Civil.

Do Recurso Especial julgado pelo Superior Tribunal de Justiça

3. Preambularmente, releva ponderar que o presente embargo infringente havia sido julgado pelo Colegiado deste Grupo, oportunidade na qual o recurso não foi conhecido. Entretanto, o precitado aresto foi objeto de Recurso Especial, tendo sido julgado procedente pela Corte Superior, determinada a apreciação da omissão apontada pela parte, relativa à suposta compensação vertida pela Patrocinadora, quando da migração de plano.

Dos embargos declaratórios

4. Trata-se de embargos declaratórios opostos contra o julgado proferido por esta Colenda Câmara, nos termos do art. 1.022 do novel Código de Processo Civil, que prevê a ocorrência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material constante no acórdão.

Do erro material constatado

5. No caso dos autos, verifica-se que o aresto recorrido incorreu em erro material, ao adentrar na análise das questões discutidas na própria impugnação ao cumprimento de sentença, relativas às determinações do título executivo e aos valores devidos, ultrapassando a matéria referente à atribuição de efeito suspensivo ao incidente impugnatório.

6. Destarte, deve ser omitida toda fundamentação quanto às matéria extravagantes, remanescendo apenas aquela que versava sobre a questão de fundo do agravo de instrumento, isto é, a que manteve o indeferimento de concessão de efeito suspensivo ao incidente.

7. A análise das demais questões viola o duplo grau de jurisdição, uma vez que a decisão recorrida, não adentra na análise do mérito, de sorte que descabida neste momento.  
Acolhidos os embargos de declaração.

Inconformada, a agravante opôs novos embargos de declaração, que foram assim rejeitados (e-STJ, fl. 308):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. FUNDAÇÃO BANRISUL. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL.

1. Inexistência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no presente acórdão, uma vez que a parte embargante demonstra, apenas, inconformidade quanto às razões jurídicas e a solução adotada no aresto atacado.

2. O Julgador não está obrigado a se manifestar a respeito de todos os fundamentos legais invocados pelas partes, visto que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art. 371 da novel lei processual civil.

3. Ausência dos pressupostos insculpidos no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, impondo-se o desacolhimento do recurso.  
Embargos declaratórios desacolhidos.

Recalcitrante, a agravante opôs, novamente, outros embargos de declaração, que não foram acolhidos nos termos da ementa abaixo (e-STJ, fl. 331):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. FUNDAÇÃO BANRISUL. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL.

1. Inexistência de obscuridade, contradição, omissão ou erro material no presente acórdão, uma vez que a parte embargante demonstra, apenas, inconformidade quanto às razões jurídicas e a solução adotada no aresto atacado.

2. A análise e julgamento dos embargos declaratórios n.º 70034219014 ocorreu por determinação expressa do Superior

Tribunal de Justiça, de sorte que o precitado acórdão apenas atendeu às determinações da Corte Superior.

3. O Julgador não está obrigado a se manifestar a respeito de todos os fundamentos legais invocados pelas partes, visto que pode decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento, a teor do que estabelece o art.

371 da novel lei processual civil.

4. Ausência dos pressupostos insculpidos no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, impondo-se o desacolhimento do recurso.

5. Diante do pedido expresso a esse respeito e do caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, deve ser condenado o embargante ao pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa. Inteligência do art. 1.026, § 2º da novel legislação processual.

Embargos declaratórios desacolhidos.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 1.022, I e II, e 1.026, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta que há omissão no julgado, pois o Tribunal de origem não se manifestou acerca da "necessidade de ser determinada, pelo TJRS, a suspensão de tramitação do feito, ante expressa determinação deste STJ, quando do julgamento do Agravo de Instrumento nº 1.403.290/RS" (e-STJ, fl. 347).

Argumenta que o acórdão recorrido "não possui fundamentação que demonstre a pecha de protelatórios aos embargos", os quais "objetivaram dar efetividade a anterior decisão deste STJ" (e-STJ, fl. 351).

Contrarrazões apresentadas.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Inicialmente, verifico que a controvérsia foi decidida com motivação suficiente, pois o Tribunal de origem enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e explícita sobre a causa, razão pela qual não merece reparo algum, conforme se verifica dos

seguintes trechos dos acórdãos proferidos nos julgamentos dos embargos de declaração opostos na origem (e-STJ, fls. 275-276, 311 e 338):

Do erro material constatado

No caso dos autos, verifica-se que o aresto recorrido incorreu em erro material, ao adentrar na análise das questões discutidas na própria impugnação ao cumprimento de sentença, relativas às determinações do título executivo e aos valores devidos, ultrapassando a matéria referente à atribuição de efeito suspensivo ao incidente impugnatório.

Destarte, deve ser omitida toda fundamentação quanto às matéria extravagantes, remanescendo apenas aquela que versava sobre a questão de fundo do agravo de instrumento, isto é, a que manteve o indeferimento de concessão de efeito suspensivo ao incidente.

A análise das demais questões viola o duplo grau de jurisdição, uma vez que a decisão recorrida (fl. 15), não adentra na análise do mérito, de sorte que descabida neste momento e por esta Corte.

É oportuno destacar que não há contradição ou omissão no aresto embargado, tendo sido apreciadas todas as questões aventadas no feito em questão, suficiente para decidir a lide.

No ponto em discussão, cumpre salientar que a análise e julgamento dos embargos declaratórios n.º 70034219014 ocorreu por determinação expressa do Superior Tribunal de Justiça, de sorte que o precitado acórdão apenas atendeu às determinações da Corte Superior.

Ademais, nada obsta que, após o presente julgamento, o feito tenha seu curso suspenso no juízo de origem, sem que isso confronte qualquer ordem do Superior Tribunal de Justiça.

Verifica-se, portanto, que nada há a declarar, tendo em vista que não há qualquer obscuridade, contradição, omissão ou sequer erro material na fundamentação constante no acórdão embargado, não se enquadrando o presente recurso em quaisquer das hipóteses previstas no art. 1.022 da novel legislação processual.

Por conseguinte, o recurso não merece ser acolhido, pois as questões discutidas no feito em exame foram objeto de apreciação por este Colegiado, nos termos da fundamentação.

Ademais, a reiteração de oposição de embargos de declaração que já foram devidamente analisados por este Tribunal permeia a má-fé e a utilização do instrumento com o fito único de procrastinar o feito, o

que ocasiona a condenação daquela ao pagamento da multa estabelecida no art. 1.026, § 2º, da novel legislação processual.

Dessa forma, tendo havido pedido expresso a esse respeito e diante do caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, deve ser condenado o embargante a multa de 2% sobre o valor atualizado da causa.

Com efeito, não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa ao art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. [...].

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/6/2016, DJe 3/8/2016).

De fato, conforme registrou a Corte de origem, o julgamento dos embargos de declaração ocorreu por expressa determinação do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Ag 1.403.290/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, no qual foi determinada a suspensão do cumprimento da sentença, somente até a renovação do julgamento dos embargos de declaração cujo acórdão foi anulado no ARESP 601.645/RS, também de minha relatoria, determinação fielmente cumprida pelo Tribunal local, que explicitou devidamente a questão, de forma clara e objetiva.

Também, por isso, não é o caso de se afastar a multa imposta com base no

art. 1.026, II, do CPC/2015, visto que a agravante opôs novos embargos de declaração, apresentando a mesma discussão já exposta na primeira oposição e devidamente apreciada pela Corte de origem, o que justifica a aplicação da multa, pois evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos.

Exemplificativamente:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. [...]. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO NCPC. MANUTENÇÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

5. Os embargos de declaração interpostos que apresentem pretensão impertinente, como a rediscussão de matérias já decididas, caracterizam-se como protelatórios, a ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do NCPC.

[...]

8. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.617.757/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, em razão da ausência de condenação na origem, visto que o recurso especial foi interposto contra acórdão proferido em agravo de instrumento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora